



CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

RESOLUÇÃO Nº 093/98

“REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIARIAS
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Itarana, Estado do Espírito Santo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104 da Resolução nº 091/97 de 16-12-97 (Regimento Interno) faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela promulga a seguinte

RESOLUÇÃO

Art. 1º - Os valores das diárias pagas aos Funcionários da Câmara Municipal de Itarana, Estado do Espírito Santo, sem prejuízo do disposto nos Artigos 75 e 76 da Lei 390/92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais) ou Vereador(a), quando em deslocamento da sede ou para outra localidade dentro do território nacional, a serviço ou em função do exercício do mandato, serão os constantes do Anexo Único que acompanha a presente Resolução.

Art. 2º - Será devida 01(uma) diária completa quando o deslocamento exigir pernoite e apenas meia diária quando o afastamento ocorrer sem pernoite.

Art. 3º - As diárias serão pagas antecipadamente mediante concessão pelo dirigente da Câmara Municipal.

§ 1º - Somente serão concedidas as diárias constantes do Anexo Único aos Funcionários ou Vereadores que previamente procederem o seu requerimento.

§ 2º - O requerimento para a concessão deverá conter o nome do Funcionário(a) ou Vereador(a), o respectivo cargo, emprego ou função, a descrição sintética do serviço a ser executado e a duração provável do afastamento.

§ 3º - Na hipótese de ser autorizada a prorrogação do afastamento o Funcionário(a) ou Vereador(a) fará jus também, às diárias correspondentes ao período excedente.

§ 4º - As despesas de inscrição, transporte de ida e volta, serão pagas mediante requerimento instruído, com os comprovantes das despesas através do reembolso, sem prejuízo do disposto nos §§ deste artigo.

Art. 4º - Caberá ao (a) Funcionário(a) e ao (a) Vereador(a), nos casos em que a duração do afastamento for inferior ao número de dias previstos, restituir o valor das diárias que excederem o total devido, no prazo de 05 (cinco) dias a contar do retorno.